



Agenda Brasil avança no Senado para resgatar o desenvolvimento

Em meio à repercussão do rebaixamento do grau de investimento do país, senadores votam propostas do conjunto de medidas idealizado para reaquecer a economia

Repatriação de recursos, regras para gestão de empresas estatais e aprimoramento do pacto federativo estão entre os próximos itens que o Senado vai votar com o objetivo de superar a crise econômica. O Plenário já aprovou duas propostas de emenda à Constituição que

fazem parte da Agenda Brasil: uma sobre atribuição de novos encargos a estados e municípios e outra sobre indenização a titulares de terras declaradas indígenas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Congresso vai ajudar a reverter perda do grau de investimento. **4 e 5**

Dois nomes para o Conselho de Justiça vão a Plenário 6

Nota do Brasil não afeta leilão de energia, diz estatal 8

Parlamentares tentam antecipar análise de vetos 3

Comissão aprova embaixadores indicados para Etiópia e Sérvia

Foram aprovadas ontem na Comissão de Relações Exteriores, por unanimidade, as indicações de dois embaixadores. Octávio Henrique Côrtes foi indicado para exercer o cargo na Etiópia e, cumulativamente, no Djibuti e no Sudão do Sul, e Isabel Cristina Heyvaert foi indicada para a Sérvia e, conjuntamente, Montenegro.

As indicações seguem agora para análise do Plenário. Durante a sabatina, os diplomatas disseram que a Etiópia e a Sérvia estão localizadas em rotas de migração das pessoas que fogem de conflitos na África e no Oriente Médio. No entanto, afirmaram que os dois países têm atuado com equilíbrio nessa questão. **7**



Octávio Côrtes (E) responde a sabatina, ao lado de Lasier e Isabel Heyvaert

Sessão destaca papel dos administradores na economia 2

CPI do Carf deve ser prorrogada por mais quatro meses 6

Subcomissão vai acompanhar sistema tributário nacional 8

Uso da água na agricultura será tema de audiência 6

Congresso promulga na terça emendas à Constituição 3



Para Vanessa, presença feminina no Legislativo garante leis equilibradas

Senadoras e senadores buscam mudanças na política brasileira

O aperfeiçoamento das instituições e dos processos da política nacional continua na pauta do Senado. No Plenário, os líderes do DEM, Ronaldo Caiado, e do PT, Humberto Costa, pediram na quarta-feira urgência

para votação de proposta que acaba com a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos. Já a campanha Mais Mulheres na Política, da Procuradoria da Mulher do Senado, foi lançada em Goiânia. **3**



Hélio José (C) conduz o debate: Brasil ficou fora de acordo internacional que acaba com tarifas de produtos eletrônicos

Para governo, acordo de eletrônicos não beneficia país

Representantes do governo explicaram em audiência no Senado que o Brasil decidiu não firmar o acordo intermediado pela Organização Mundial do Comércio

que acaba com tarifas de importação de produtos eletrônicos porque o pacto global favorece apenas os grandes produtores, como os Estados Unidos e a China. **8**

Transparência nos Legislativos terá indicador

O Conselho de Transparência do Senado colocará em consulta pública uma proposta com indicadores capazes de medir o grau de transparência das Casas legislativas do país. **2**



Renan Calheiros (D) conversa com Caio Magri, do Conselho de Transparência

Senado criará índice de transparência do Legislativo

Em outubro, será aberta uma consulta pública para que a sociedade ajude na elaboração dos critérios de avaliação das Casas federais, estaduais e municipais. Indicador deve ser lançado no final do ano



INTEGRANTES DO CONSELHO de Transparência e Controle Social do Senado se reuniram ontem com o presidente da Casa, Renan Calheiros, para discutir a criação de indicadores capazes de aferir o grau de transparência dos Legislativos brasileiros a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI).

No início de outubro, o Senado abrirá por 30 dias uma consulta pública para que os indicadores recebam a colaboração da sociedade. As propostas serão consolidadas em novembro, para que o lançamento aconteça ainda neste ano.

— Envolver a sociedade civil no debate é muito importante. É correta a percepção de que a democracia é o governo da transparência sob o controle social. Hoje o cidadão é protagonista do processo político e quer participar mais efetivamente das decisões do poder público. Estamos atentos a isso — afirmou Renan.

Os indicadores dos Legislativos são inspirados nos critérios de transparência municipal lançados em 2012 pelo Instituto Ethos. Trata-se de uma



Renan Calheiros (D) recebe integrantes do Conselho de Transparência do Senado

ferramenta que permitiu medir a transparência e os canais de participação da população quanto aos investimentos públicos na Copa de 2014.

— Essa iniciativa mostra a sociedade civil organizada, trazendo o exemplo do trabalho deles, e o Senado absorvendo esse exemplo e devolvendo para a sociedade, para que todo o Legislativo possa medir o seu grau de transparência — disse Elga Lopes, presidente do conselho e diretora da Secretaria da Transparência do Senado.

Os Legislativos deverão ser avaliados com base em 67 indicadores distribuídos entre quatro dimensões: transparência legislativa, transparência administrativa, aderência à LAI e participação popular e controle social. Cada indicador deverá ser analisado sob qua-

tro pontos de vista: atualidade, totalidade, prontidão e série histórica. Após a análise, cada indicador deverá receber uma nota de 0 a 1. Ao final será calculada uma média para formar o índice de transparência.

— Espero ver o avanço da transparência nas Casas legislativas. Acho que vamos partir para uma competição sadia de quem é mais transparente. Os indicadores vão dar instrumento para os presidentes e para as Mesas de assembleias e câmaras medirem o grau de transparência que têm hoje — afirmou Elga.

Segundo o conselheiro Caio Magri, diretor de Operações do Instituto Ethos, o trabalho realizado pela Secretaria da Transparência, especificamente pelas áreas de estatística e de detalhamento dos indicadores, foi e está sendo fundamental.

Senadores ressaltam a importância dos administradores

Sem bons administradores, as empresas não prosperam e o governo não consegue atender demandas da sociedade, disse ontem Donizeti Nogueira (PT-TO) na sessão especial em homenagem ao Dia do Administrador, comemorado em 9 de setembro. A data remete à Lei 4.769/1965, que criou os conselhos federal e estaduais da profissão.

Donizeti é autor de um projeto de lei, o PLS 439/2015, que prevê que os cargos e as funções com atribuições voltadas à administração em or-

ganizações privadas e públicas somente poderão ser ocupados por tecnólogos e administradores profissionais, os quais ficam obrigados a comprovar anualmente a regularidade com o Conselho Regional de Administração (CRA).

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que serviços públicos e privados não funcionam adequadamente por falta de administradores em postos essenciais. Elmano Férrer (PTB-PI) afirmou que o Brasil vive momentos difíceis:

— O problema que temos

chama-se gestão. Assistimos ao sucateamento, ao desmoronamento, ao caos das instituições. Temos de profissionalizar as instituições públicas.

Hélio José (PSD-DF) defendeu a desburocratização da gestão pública e disse que os administradores são fundamentais nisso.

O presidente do Conselho Federal de Administração, Sebastião Luiz de Mello, criticou a presença de “intrusos e pessoas despreparadas” em cargos que por lei pertencem aos administradores, mas que por falta de oportunidade não lhes são disponibilizados.

— A segurança, a educação e a saúde não retratam que o povo está contente. As conversas de corredor não nos indicam que as práticas perversas sejam debeladas. É preciso dar um basta se queremos um país melhor. Casinha e franguinho no prato não garantem o desenvolvimento. Este país bem administrado é o sonho de todos os brasileiros. É a agenda de boa qualidade e de boa governança que o país quer.



Sebastião de Mello, do Conselho Federal de Administração, fala no Plenário

Vetado ensino profissional obrigatório para presos

A presidente Dilma Rousseff vetou, na sanção da Lei 13.163/2015, artigo que torna obrigatória a oferta de ensino profissional aos presos.

Com o veto, a lei apresenta regras para a oferta de ensino médio, que, no entanto, não é obrigatória. A Lei de Execução Penal somente determina como obrigatória a oferta de “ensino de 1º grau”, atual ensino fundamental.

Ao vetar a obrigatoriedade da oferta de ensino profissional, Dilma argumenta que o dispositivo criaria uma nova regra para ação compulsória do Estado no segmento

educacional, em desarmonia com a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei 13.163 tem origem em três projetos aprovados na Câmara em 2002 — um deles (PL 25/1999) do então deputado e atual senador Paulo Rocha (PT-PA). Na tramitação no Senado (PLC 95/2002), optou-se por incluir a obrigatoriedade da oferta de ensino médio, mas o texto final aprovado pela Câmara retomou a exigência ao ensino profissional. Agora o veto presidencial será analisado pelo Congresso.

TV estreia amanhã programa sobre fatos da semana na Casa

O que foi aprovado e discutido pelo Senado na última semana? O que vai ser pauta na semana que vem? Essas e outras informações estarão na *Revista da Semana*, da TV Senado, que estreia amanhã.

Além do resumo dos principais debates e as propostas aprovadas, o programa mostra, no quadro “Memória”, fatos marcantes da história

do Senado e do Brasil. Já o “#SenadonaRede” traz informações sobre o que está rolando nas redes sociais e tem a ver com os debates dos senadores. E que tal uma notícia que pode mudar a vida do cidadão para melhor? É o quadro “Boa Notícia”.

Como assistir
amanhã às 13h e às 21h30,
domingo às 11h e às 19h

Arbitragem no futebol é tema de reportagem da Rádio Senado

A qualidade da arbitragem no futebol brasileiro é o tema da reportagem especial “Gol Legal”, do jornalista Rodrigo Resende, que estreia hoje na Rádio Senado.

O programa conta com a participação do senador Romário (PSB-RJ), dos jornalistas Juca Kfourri e Eraldo Leite e diversos árbitros e auxiliares, como Sandro Meira Ricci e Fernanda Colombo. O especial traz ainda uma

homenagem a Mário Vianna, folclórico árbitro e comentarista do rádio brasileiro.

A Rádio Senado transmite a programação para Brasília e outras nove capitais: Cuiabá, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Natal, Rio Branco, Teresina, Macapá e São Luís.

Como ouvir
hoje às 18h, amanhã às 10h e
domingo às 17h. Pela internet:
www.senado.leg.br/radio

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



ASSASSINATO DE JOVENS Audiência em Pernambuco

9h A CPI do Assassinato de Jovens realiza audiência pública interativa na Assembleia Legislativa de Pernambuco com representantes da Secretaria de Defesa Social, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e do Ministério Público do estado.

PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Líderes pedem urgência sobre fim da reeleição

Medida está prevista em PEC já aprovada na Câmara que acaba com a possibilidade de renovação de mandato para presidente da República, governadores e prefeitos

APESAR DE ESTAREM em lados opostos na política, os líderes do DEM, Ronaldo Caiado (GO), e do PT, Humberto Costa (PE), querem que o Senado agilize a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

O texto (PEC 113/2015), já aprovado na Câmara, também determina que os partidos possam receber doações em dinheiro ou de bens estimáveis em

dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas. Estabelece ainda que o detentor de mandato eletivo poderá trocar de partido em até 30 dias após a promulgação da emenda, sem riscos de perda do mandato.

Caiado defendeu que a PEC seja imediatamente enviada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele reclamou que a proposta aguarda análise na Comissão da Reforma Política.

— É algo que descumpre totalmente

a rotina da Casa. O Senado tem um calendário especial que possibilita que a PEC seja analisada imediatamente no Plenário. Quero pedir à Mesa do Senado que a proposta siga para a CCJ para que na quarta-feira possamos ter, pelo menos, a indicação do relator — disse.

Humberto Costa anunciou que está recolhendo assinaturas para que a PEC seja analisada em regime de urgência. E o presidente do Senado, Renan Calheiros, avaliou que se houver um

entendimento, a análise do texto poderá ser agilizada.

— Parece não haver acordo entre os líderes partidários para a tramitação dessa matéria. Aqui, a Mesa tem dificuldades de tomar decisão sobre o encurtamento dos prazos — explicou.

Na quarta-feira, a Câmara rejeitou posição do Senado que decidira proibir a doação de empresas a campanhas quando analisou outro projeto da reforma política: o PLC 75/2015.

Ação por mulheres na política chega a Goiás

A campanha Mais Mulheres na Política foi lançada ontem em Goiânia pela procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela disse:

— Não queremos ser melhores que os homens, queremos ser iguais. A cota para mulheres é um passo para a igualdade.

Ela se referiu à PEC 98/2015, que faz parte da reforma política em discussão no Congresso e garante a reserva de vagas para mulheres nos Legislativos. Serão 10% das cadeiras na primeira eleição sob a nova norma, seguida de 12% e 16% das vagas nas eleições seguintes. A proposta já foi aprovada no Senado e está na Câmara.

Marta Suplicy (sem partido-SP) afirmou:

— Quando uma mulher entra no mundo da política, ela muda. Quando várias entram, é a política que muda.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) e o governador Marconi Perillo também participaram do evento.



Marconi (D) no evento, ao lado de Lúcia Vânia, Vanessa, Marta, Sandra Braga e José Medeiros

“Presença feminina garante leis equilibradas”

Vanessa Grazziotin disse ontem no Plenário que as cotas para mulheres nos Legislativos aprovadas pelo Senado ainda são acanhadas diante do protagonismo da mulher brasileira, “que produz mais de 40% da riqueza nacional e chefia mais de 38% das famílias do país”.

Pela proposta, as mulheres terão direito a no mínimo 10% dos assentos

das Casas legislativas na próxima eleição. Nos dois pleitos seguintes, a cota será de 12% e 16%, respectivamente. O texto agora está na Câmara.

— Com uma presença maior das mulheres, seremos capazes de escrever leis mais equilibradas, que se preocupem com tudo, mas também com algumas coisas que a maioria dos homens não olha — disse a senadora.

Fátima cobra coerência quanto às doações

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou a rejeição, pela Câmara, do fim do financiamento de pessoas jurídicas a partidos e campanhas.

Ela cobrou esforço do Senado para manter coerência em seu posicionamento, rejeitando o item da PEC 113/2015 que permite essa prática.

A senadora salientou que o movimento contra o financiamento empresarial a campanhas é de caráter suprapartidário e conta com o apoio de entidades da sociedade civil.

Fátima também chamou a atenção para os casos de corrupção associados a doações a candidatos e avaliou que a reforma no financiamento eleitoral “constitui defesa da democracia e da pluralidade no Parlamento”. A senadora ainda criticou os movimentos contra a presidente Dilma Rousseff.

— Não vamos assistir de camarote nem nos omitir diante de qualquer iniciativa de golpe dos setores conservadores — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadores querem votar logo veto a aumento do Judiciário

Vários senadores cobraram na quarta-feira, em Plenário, a antecipação de sessão do Congresso Nacional para exame do veto presidencial ao projeto de lei que reajusta os vencimentos dos servidores do Judiciário. Há uma sessão do Congresso marcada para o dia 22, mas o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) encaminhou ofício ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pedindo a antecipação da sessão para o dia 15, terça-feira.

O veto refere-se ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 28/2015, que previa aumento de 53% a 78,56% a ser concedido de maneira escalonada até o fim de 2017.

Randolfe alega que a Constituição destaca o dever do Congresso na apreciação dos vetos presidenciais. Ele também cita resolução recente da Mesa do Congresso que estabeleceu periodicidade no exame dos vetos sempre na terceira terça-feira de cada mês. Pelo critério, a reunião teria que ser realizada no dia 15.

— Estamos há seis ou sete sessões sem nos reunir para



O senador Randolfe ressalta que estão se acumulando os vetos não analisados

apreciação, com acúmulo de vetos e diferentes matérias que necessitam ser deliberadas pelo Congresso. Por isso, urge que a sessão seja antecipada para o dia 15 — defendeu.

Para solucionar o impasse, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) cobrou um “último esforço de conversa” entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e representantes dos servidores do Judiciário.

— Acho ruim que isso [exame do veto] seja feito sem retoma-

da de conversa. Vai que o veto não passa. Os funcionários ficarão sem alternativa. O projeto atual acordado com o Executivo é ruim. O impasse também é ruim para o Senado e a Câmara, que ficam expostos a uma pressão desnecessária — afirmou Lídice.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) também apelou em favor do exame do veto e disse ser favorável à votação da matéria no dia 15. Mesmo com o apelo dos senadores, Renan Calheiros confirmou que a sessão do Congresso para exame dos vetos está marcada para o dia 22.

Duas emendas à Constituição serão promulgadas na terça

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou sessão solene do Congresso Nacional para a terça-feira destinada a promulgar duas propostas de emenda à Constituição.

A PEC 78/2013, aprovada no mês passado, prorroga por mais 15 anos o prazo de aplicação de percentuais mínimos dos recursos dos fundos constitucionais para irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Com a aprovação da emenda, continua a valer o dispositivo constitucional que obriga a União a investir 20% dos re-

ursos destinados à irrigação no Centro-Oeste e outros 50%, no Nordeste, de preferência no semiárido.

Já a PEC 74/2013, aprovada na quarta-feira, inclui o transporte entre os direitos sociais do cidadão relacionados no artigo 6º da Constituição. Entre os direitos já listados, estão a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e a moradia, por exemplo. A proposta, apresentada pela deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), teve, no Senado, relatoria de Aloysio Nunes (PSDB-SP).



Projetos de irrigação no Nordeste continuam prioridade da União pela PEC 78

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba

Com duas PECs já aprovadas, Agenda Brasil avança no Senado

Propostas sobre atribuição de novos encargos para estados e municípios e indenização a titulares de terras declaradas indígenas já passaram pelo Plenário. Entre os próximos itens do conjunto de medidas para reaquecer a economia, estão projetos sobre repatriação de recursos, empresas estatais e pacto federativo

AGENDA BRASIL

DUAS PROPOSTAS DE Emenda à Constituição que fazem parte da Agenda Brasil já foram aprovadas pelo Senado. A agenda, lançada há um mês pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, inclui 84 proposições com potencial para reaquecer a economia e combater a crise. Para Renan, a agenda é o início de um processo que tem que ter continuidade no Poder Executivo.

— O Legislativo apresentou uma agenda com eixos, com pontos em torno desses eixos, e é fundamental que essa agenda, que é de interesse do país, seja levada adiante. É evidente que não vai continuar como agenda do Legislativo, mas é um caminho que foi posto para ser seguido pelo Executivo — explicou.

Renan também comentou o rebaixamento do grau de investimento do Brasil feito pela agência Standard & Poor's. Ele reforçou o papel do Congresso na solução da crise econômica e disse que o Legislativo vai colaborar para reverter essa perda do grau.

Sobre as propostas da Agenda

Ação do governo foi insuficiente, critica Pinheiro

A atual situação do Brasil, que teve a nota de crédito rebaixada pela agência de classificação de risco Standard & Poor's, evidencia que o pacote de ajuste fiscal do governo tem sido insuficiente para contornar a crise. A opinião foi manifestada ontem por Walter Pinheiro (PT-BA).

— Nós, desde o início, vínhamos avisando que essas medidas são insuficientes, que tínhamos de apontar efetivamente para a retomada do crescimento, para o estímulo à economia e para a geração de postos de trabalho.

Na quarta-feira, Pinheiro havia dito que a perda do grau de investimento do Brasil poderia ter sido evitada com iniciativas do governo que garantissem o aumento da arrecadação, sem a necessidade de elevação da carga tributária. Ele também reprovou os críticos do governo que não contribuíram com soluções.

Brasil, a primeira a ser aprovada foi a PEC 84/2015, no final de agosto, que trata do pacto federativo. A PEC proíbe a União de criar despesas aos demais entes federados sem prever a transferência de recursos para o custeio.

Renan elogiou a "saída criativa" encontrada pela senadora Ana Amélia (PP-RS), autora da proposição, para atender uma reivindicação de estados e municípios, que alegam não ter como arcar com alguns programas criados pela União. O texto foi relatado por Delcídio do Amaral (PT-MS) e agora está na Câmara.

O segundo texto da Agenda Brasil já aprovado pelo Senado é a PEC 71/2011, de Paulo Bauer (PSDB-SC). A proposta, acatada pelos senadores na terça-feira, determina que a União indenize os detentores de títulos dominiais em terras declaradas indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A PEC também prevê o pagamento pelas benfeitorias construídas no terreno. O relator do texto foi Blairo Maggi (PR-MT).

Repatriação

Entre os próximos itens da Agenda Brasil a serem votados,

está o PLS 298/2015, que trata da repatriação de recursos e bens não tributados enviados ao exterior por brasileiros.

O projeto, que seria votado nesta semana, acabou sendo retirado da pauta e deve ser substituído por um novo texto já enviado pelo governo à Câmara dos Deputados e que tramita naquela Casa como PL 2.960/2015.

Segundo Renan, a iniciativa do governo é para agilizar a tramitação e evitar que o projeto seja acusado de "vício de iniciativa".

— Desde que agilize a tramitação, não há razão na disputa do protagonismo. O fundamental é o interesse nacional — declarou.

Tanto o autor do projeto original, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), quanto o do substitutivo que seria votado em Plenário, Delcídio do Amaral, concordaram com a substituição.

Randolfe disse considerar que a repatriação é uma alternativa para o descontrole das contas públicas. Admitiu, no entanto, temer "interesses não republicanos" na tramitação da matéria na Câmara.

No entanto, Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que o governo demorou para enviar o texto ao Congresso.

Situação afugenta investidores, aponta Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que os governos de Lula e de Dilma desperdiçaram anos de uma relação positiva em termos de mercado exterior, deixando de fazer as reformas que fortaleceriam a economia.

— Agora estamos tendo que trocar as rodas com o carro na marcha a ré — lamentou.

Isso ocorreu, disse o senador, porque os dois governos tiveram de lidar com crises por denúncias de corrupção e por terem priorizado o calendário eleitoral. Para ele, a Agenda Brasil pode ser uma alternativa para a crise.

— É óbvio que nem tudo nessa política anticíclica deu errado. Mas hoje não conseguimos enxergar a luz no fim do túnel e isso faz todo o setor investidor pôr o pé no freio — afirma Valadares.

O senador destacou que o rebaixamento da nota de crédito do Brasil deve afugentar mais investidores.

Rebaixamento era morte anunciada, diz Flexa Ribeiro

O rebaixamento da nota de crédito do Brasil era "uma morte anunciada", disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ontem em Plenário. Ele teme que outras agências também rebaixem a nota do Brasil.

— A presidente tem que governar. Uma manhã sem comando é lamentável para a situação em que o Brasil está — disse.

Para Flexa, a inflação elevada, o crescimento baixo e os déficits fiscais e nas contas externas não são consequências da crise mundial, mas do aumento de gastos do governo, que, segundo ele, vem desde o governo Lula.

Situação e oposição precisam caminhar juntas para tirar o país da crise, disse o senador. Ele cobrou, contudo, que o governo faça a sua parte, cortando gastos.

— Em nenhum momento a população algo palpável de que o governo está fazendo sua parte.



Renan: Congresso ajudará a reverter a perda do grau de investimento e Executivo deve dar continuidade à Agenda Brasil

— A crise assusta menos do que a falta de iniciativa para o seu enfrentamento. O governo precisa ser mais ágil nisso. Precisa parar de todos os dias falar dez coisas ao mesmo tempo e não fazer nada — cobrou.

Pacto federativo

Na lista dos projetos da Agenda Brasil há outras propostas relacionadas ao pacto federativo. Entre eles, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, sugerido pelo Executivo, que trata da reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Também está na pauta da agenda a PEC 41/2014, de Walter Pinheiro, que prevê uma compensação aos estados pelas mudanças no imposto.

— Agenda Brasil é uma pauta

orientadora, porém, não significa que tudo pode ou deve ser votado. Uma pauta que orienta precisa encontrar disposição do governo em querer construir um caminho para sair da crise. Pior que a crise, é a crise de soluções — disse Pinheiro, presidente da comissão especial criada para propor medidas de aprimoramento do pacto federativo.

Repercussão

Após o lançamento da Agenda Brasil, Ronaldo Caiado (GO), líder do DEM, criticou as propostas. Para ele, a verdadeira agenda prioritária para o país vem do povo nas ruas e a Agenda Brasil é apenas um pano de fundo falso para a crise. Na quarta-feira, Caiado cobrou uma pauta "que tenha a ver com a realidade do Brasil".

Ajuste rigoroso leva a recessão, avalia Lindbergh

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou a legitimidade da agência de classificação de risco Standard & Poor's. De acordo com ele, a agência foi a mesma que deu nota máxima ao banco Lehman Brothers no mês em que ele quebrou, além de ter sido obrigada a pagar US\$ 1,5 bilhão ao governo dos Estados Unidos por ter rebaixado, baseada em interesses comerciais, a nota da economia americana.

Mesmo com as críticas à agência, Lindbergh avaliou que o governo comete equívocos no enfrentamento da crise. Para o senador, ao impor um ajuste rigoroso e elevar a taxa de juros, o governo põe a economia em recessão, diminui a arrecadação e aumenta a dívida pública.

E isso, segundo ele, obriga o país a cortar investimentos e direitos sociais e, ao mesmo tempo, gastar mais com o pagamento de juros.

Caiado volta a defender saída da presidente

Ronaldo Caiado (DEM-GO) voltou a apoiar o impeachment da presidente Dilma Rousseff como a melhor solução para o país. O senador disse acreditar que todos aqueles que têm compromisso com o país apoiarão o pedido para a saída da presidente.

Para Caiado, o momento é preocupante e exige de líderes partidários iniciativa para mudar a situação e a pauta do Congresso. Na avaliação dele, o Brasil, atualmente, não tem mais governo.

— Nós não temos governo, é a ausência do governo, a omissão completa de um governo que está perdido, sem norte, sem referência, sem poder para propor nada porque não tem apoio no Congresso. Não tem legitimidade para defender uma tese porque não tem apoio popular — disse o parlamentar.

Outros senadores, no entanto, têm elogiado a iniciativa. É o caso do líder do PT, Humberto Costa (PE), que classificou a pauta como uma medida positiva, que rompe o "cerco de inércia" no qual a oposição insiste em colocar o Brasil para atrapalhar seu crescimento. Para ele, não se deve mais dar destaque à "pauta da crise".

— O momento é de responsabilidade, é de contribuição de todos. E aqui estamos construindo uma agenda substantiva entre Executivo e Legislativo, para geração de mais empregos, para controle da inflação, para atração de novos investimentos, para criação de uma economia dinâmica, moderna, em que os brasileiros possam crescer com o próprio trabalho e depender cada vez menos de governos — disse.

Amorim cobra medidas para país reverter crise

Em discurso ontem, Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu mudanças estruturais no Estado e na economia para o país enfrentar a crise econômica. Para o senador, o país está "próximo do fundo do poço" e corre o risco de ser "consumido" pelo atual cenário de degradação fiscal.

— Estamos passando, indiscutivelmente, por um dos piores momentos da nossa história. A crise é profunda e será longa. Devemos concatenar esforços para que surtam efeito imediato ações estruturantes, que deixem o país menos exposto à turbulência.

Ele citou indicadores econômicos que considera alarmantes, como a taxa de juros elevada, a inflação crescente, a retração do PIB e o desemprego em ascensão. Também lembrou que o governo tem baixa aprovação popular, o que gera um quadro de "desesperança" na sociedade.

Projeto da Lei Geral das Estatais será votado em regime de urgência

Os senadores aprovaram ontem regime de urgência para dois projetos de lei, que passarão a ter prioridade: o PLS 555/2015, que cria a Lei Geral das Estatais e integra a Agenda Brasil, e o PLC 127/2015, que prevê que a União preste auxílio financeiro aos estados e municípios com o objetivo de fomentar as exportações.

O PLS 555/2015 é originário de um anteprojeto conjunto do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e obriga as empresas estatais a seguirem regras de governança e controle proporcionais à relevância e ao risco do negócio.

O texto foi debatido e elaborado em uma comissão especial ao longo dos últimos meses e agora está na ordem do dia do Plenário do Senado.

O senador Tasso Jereissati

(PSDB-CE) é o responsável pelo parecer das emendas apresentadas em Plenário.

Na quarta-feira, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, esteve no Senado para sugerir mudanças no projeto da Lei Geral das Estatais. De acordo com o ministro, a principal sugestão do governo tem a ver com a padronização na governança e nas regras de compras de todas as estatais. A intenção é fazer com que todas sigam uma governança de alto nível.

O PLC 127/2015 é do Poder Executivo. O auxílio financeiro da União aos estados e municípios tem ocorrido desde 2004 devido à falta de regulamentação da Lei Kandir. A lei isentou da incidência de tributos as exportações, com a consequente redução na receita obtida pelos estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Plenário discute a PEC da Instituição Fiscal Independente

A proposta que cria a Instituição Fiscal Independente (IFI) passou ontem pela primeira sessão de discussão no Plenário do Senado.

O objetivo da IFI é auxiliar o Legislativo a acompanhar e analisar os gastos e o endividamento públicos e calcular o impacto de todo projeto de lei, no âmbito dos três Poderes, que crie custos para a administração pública. A PEC 83/2015 é de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL).

Também foi discutida no Plenário a PEC 104/2007, de Marcelo Crivella (PRB-RJ). A proposta permite que a prestação

de serviço às Forças Armadas, por dois anos ou mais, seja válida como título para efeito do concurso público de ingresso nas carreiras de policial militar e de bombeiro militar. Ontem foi o encerramento do debate sobre a PEC.

Cada proposta com o intuito de modificar a Constituição precisa ser votada duas vezes no Plenário do Senado. Antes de ser analisada em primeiro turno, a proposição passa por cinco sessões de discussão. Para ser votada em segundo turno, a PEC deve ser discutida em mais três sessões.

Comissão da Agenda Brasil volta a se reunir na próxima semana

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional volta a se reunir na terça-feira, às 14h30. Em reunião realizada nesta semana,

o relator, Blairo Maggi (PR-MT), informou que vai distribuir as matérias entre os membros da comissão, conforme a afinidade entre o senador e o tema. Assim, cada senador vai atuar como relator-adjunto e terá 15 dias para concluir seu relatório. Blairo vai analisar cada parecer para compor seu relatório final.

O relator disse que cinco projetos já estão sendo analisados. A comissão foi criada com o objetivo de tratar das propostas da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

— A comissão não tem prazo para acabar, pois temos uma tarefa hercúlea pela frente. Temos um quadro do país muito

grave. As contribuições das outras comissões poderão vir com tranquilidade — afirmou o relator na instalação da comissão.

O presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional é Otto Alencar (PSD-BA). O vice-presidente é Romero Jucá (PMDB-RR).

Outro colegiado ligado à Agenda Brasil é a comissão de especialistas criada pelo Senado para elaborar anteprojeto de uma fim de desburocratizar a administração pública brasileira. A comissão, instalada no início do mês, deve atuar para melhorar, simplificar e modernizar o tratamento dado às empresas e aos cidadãos nos balcões do serviço público.

Para Renan, o governo deve abandonar o "mantra obsessivo" de criação de impostos e partir para uma ampla reforma do Estado, com redução de ministérios e cargos comissionados e revisão de contratos.



Paim e Crivella compõem a mesa durante sessão do Plenário que discutiu duas PECs

Em sabatina ontem, dois juízes indicados defenderam a difusão de medidas alternativas, como a mediação e a arbitragem, de modo a diminuir o número de ações nos tribunais e torná-los mais ágeis

Comissão aprova nomes para Conselho Nacional de Justiça

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem duas indicações do Supremo Tribunal Federal para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen e o juiz Bruno Ronchetti de Castro foram escolhidos para representar a magistratura estadual no CNJ. As indicações vão agora para votação em regime de urgência no Plenário.

A busca de solução de conflitos por meio de técnicas alternativas de composição entre as partes, como a mediação e a arbitragem, foi o ponto central abordado na sabatina dos indicados ao CNJ. Eles concordaram que a negociação extrajudicial de acordos é a saída para aliviar a sobrecarga do Poder Judiciário e disseram acreditar que o conselho pode ajudar a difundir essa cultura.

— O CNJ tem que partir para medidas alternativas e ajudar a desafogar o Judiciário. O trâmite judicial deve se limitar a questões mais graves — recomendou Levenhagen, que creditou à enxurrada de processos repetitivos o engessamento vivido pela Justiça brasileira.

Uma medida importante no sentido da “desjudicialização”, segundo Castro, é incentivar as agências reguladoras a convencer as empresas de telefonia e aviação — grandes



Raimundo Lira (C) conduz a sabatina de Levenhagen e Castro para o CNJ

litigantes na área de prestação de serviço público — a aceitar a jurisprudência firmada pelos tribunais e, assim, desistir de contestações na Justiça.

Honorários

Outra iniciativa nessa direção, acrescentou, é o cidadão recorrer ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, ligado aos juizados especiais cíveis e dedicado a estabelecer acordos por meio da conciliação.

— O cidadão tem um problema e pensa logo em entrar no Judiciário. O advogado poderia participar da conciliação e, inclusive, estabelecer um percentual para honorários conciliatórios. Isso ajudaria a difundir a cultura da desjudicialização — comentou Castro.

Questões ligadas à morosidade do Judiciário e a alternativas para acelerar o andamento de processos foram levantadas

pelos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) — relator da indicação de Levenhagen —, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e José Pimentel (PT-CE).

A busca de soluções alternativas também foi abordada pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que perguntou aos magistrados sobre a aplicação, ainda incipiente, da Justiça restaurativa no país, técnica de solução de conflitos baseada na criatividade e na sensibilidade ao escutar as vítimas e os ofensores.

Os senadores Eduardo Amorim (PSC-SE) e Raimundo Lira (PMDB-PB), este último relator da indicação de Castro, falaram sobre a expansão das faculdades de direito no país e o grande número de profissionais formados na área.

— O Brasil tem o maior número de faculdades de direito do mundo: 3,3 mil — disse Amorim.

CPI do Carf deverá ser prorrogada por mais 120 dias, informa Ataídes

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), confirmou ontem que o presidente do Senado, Renan Calheiros, autorizou a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais 120 dias. O novo prazo passa a contar a partir de 16 de setembro.

Estava prevista ontem a votação de sete requerimentos. A reunião da CPI, no entanto, foi adiada por falta de quórum. Constam dos requerimentos de convocação os nomes da ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, do ex-governador do Ceará e ex-ministro da Educação Cid Gomes e do ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau.

Questionado se a inclusão

desses nomes com vinculação política direta poderia provocar o esvaziamento das investigações, Ataídes admitiu que tudo é possível, uma vez que a CPI é uma instância do Congresso. Ele disse ainda que o mais importante “é fechar a torneira da corrupção no Carf” com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) incluída entre os itens em análise na Agenda Brasil.

A PEC do Carf (PEC 112/2015) objetiva uma ampla reformulação no órgão. A principal inovação refere-se à forma de nomeação dos conselheiros. O pretendente terá que ser aprovado em concurso público e possuir pelo menos cinco anos de atividade jurídica comprovada na área tributária.

Uso da água para produção rural será tema de audiência pública

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará debate sobre o PLS 228/2015, que modifica a Política Nacional de Irrigação (Lei 12.787/2013) para incluir regras visando ao uso eficiente da água para fins agrícolas.

Entre outras medidas, o projeto, de Wilder Moraes (DEM-GO), prevê a aferição do consumo de água em cada propriedade rural. Como a medida impõe deveres aos produtores, o senador Wellington Fagundes (PR-MT) sugeriu que o tema seja discutido com especialistas.

Ele propõe que sejam convidados representantes dos Ministérios da Agricultura e da Integração Nacional, da Agência Nacional de Águas e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Na mesma reunião, presidida por Ana Amélia (PP-RS), foi aprovado requerimento de Ronaldo Caiado (DEM-GO) para realização de audiência sobre o processo de reconhecimento de comunidade quilombola no povoado Brejão, em Brejo Grande (SE), a cargo da Superintendência do Incria em Sergipe.

Randolfe busca saída para evitar que mil servidores do Amapá percam o emprego

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) expressou no Plenário na quarta-feira preocupação com os cerca de mil servidores que foram contratados pelo então território do Amapá, na década de 80, e estão ameaçados de perder o emprego.

De acordo com o senador, o estado do Amapá

perdeu o prazo de um recurso contra decisão judicial que pode colocar em risco o emprego desses funcionários.

Randolfe Rodrigues disse que ele e o colega Davi Alcolumbre (DEM-AP) estão em busca de uma solução por meio do Tribunal de Contas da União (TCU) e do governo federal.

Paulo Bauer critica mudanças nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil

Paulo Bauer (PSDB-SC) manifestou, na quarta-feira, preocupação com a administração do

Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o senador, as mudanças nas regras, o atraso nos repasses e as alterações das exigências estão colocando



as entidades de ensino superior em dificuldade.

Bauer criticou uma regra do Ministério da Educação que desconta 5% da mensalidade para alunos do Fies. Ele disse que o Sul é prejudicado, já que o governo concentra os benefícios no Norte e no Nordeste.

Donizeti propõe criação de hotéis-cassino próximos a unidades de conservação

Donizeti Nogueira (PT-TO) pediu que seja incluído na Agenda Brasil projeto dele que prevê a instalação de hotéis-cassino próximos a unidades de conservação ambiental.

Parte dos impostos cobrados dos hotéis seria destinada à proteção ambiental e à promoção do ecoturismo das unidades,

explicou o senador. Construídos e gerenciados por empresas, os hotéis teriam a implantação autorizada pelo Instituto Chico Mendes e seriam fiscalizados pelo poder público.

— O texto visa agregar valor turístico às unidades de conservação como forma de incentivar sua efetiva proteção — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Indicações de 2 embaixadores vão ao Plenário

Comissão aprovou por unanimidade os nomes de Octávio Henrique Côrtes, indicado para Etiópia, Djibuti e Sudão do Sul, e de Isabel Cristina Heyvaert, para Sérvia e Montenegro

AS INDICAÇÕES DE embaixadores para a Etiópia e a Sérvia foram aprovadas ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes foi indicado para a Etiópia e, cumulativamente, o Djibuti e o Sudão do Sul, repúblicas do nordeste da África. Já Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert foi indicada para a Sérvia e, conjuntamente, Montenegro, países da região europeia dos Balcãs.

Os candidatos a embaixadores foram aprovados por unanimidade, recebendo 13 votos cada um após a sabatina. As indicações seguem agora para análise do Plenário.

As relações do Brasil com a Etiópia ganharam novo impulso após a reabertura da missão diplomática permanente brasileira em 2005, como explicou Octávio Côrtes. Em resposta, o país abriu sua missão permanente em Brasília em 2011.

A Etiópia é o segundo país mais populoso da África, com quase 100 milhões de habitantes e mais de 1 milhão de quilômetros quadrados de extensão. A população é formada por uma maioria de cristãos ortodoxos e muçulmanos.

Nona maior economia do continente, a Etiópia é um dos países que mais crescem na África, assinalou Octávio Côrtes. Ainda assim, permanece entre os mais pobres do mundo. Somente os Estados Unidos enviaram US\$ 4,5 bilhões ao país em 2014, a fundo perdido. Segundo o diplomata, a balança comercial é “cronicamente deficitária”, registrando, em 2014, exportações da ordem de US\$ 3 bilhões e

importações na casa de US\$ 10 bilhões.

Côrtes assinalou que, a despeito das fragilidades econômicas, a Etiópia exerce papel político importante, tanto no plano continental como regional. Adis Abeba, a capital da Etiópia, também sedia a União Africana (UA), sucessora e com papel político mais ativo do que a antiga Organização dos Estados Africanos (OEA).

Balcãs

Com cerca de 7 milhões habitantes, a Sérvia é uma das repúblicas nascidas a partir da dissolução da Iugoslávia, mantendo como sede a antiga capital, Belgrado.

Para Isabel Heyvaert, a Sérvia entrou bastante fragilizada nas negociações que resultaram na Convenção de Bruxelas, destinadas a normalizar as relações entre os territórios da ex-Iugoslávia. Isso porque o país foi antes submetido a bombardeio de forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), sem autorização prévia do Conselho de Segurança da ONU.

— A Convenção de Viena preconiza que acordos não podem ser obtidos à força — salientou a diplomata.

Segundo Isabel, o país concordou com termos do tratado, ainda que continue a negar a independência da província de Kosovo, já que a assinatura foi condição para que o país pudesse se candidatar a membro da Comunidade Europeia.

De acordo com a diplomata, a Sérvia enfrenta “desafios de crescimento”. Ainda possui muitas características do perí-



Côrtes (E) e Isabel Heyvaert na reunião coordenada por Lasier Martins: países estão em rotas de migração para a Europa

odo do regime socialista, com empresas públicas obsoletas, que precisam se modernizar para competir no mundo global.

Imigração

Em resposta aos senadores, os diplomatas confirmaram que os dois países estão localizados em rotas de migração de populações que buscam a Europa, fugindo de conflitos e pobreza de seus países — na África e no Oriente Médio. No entanto, afirmaram que as nações estão atuando de

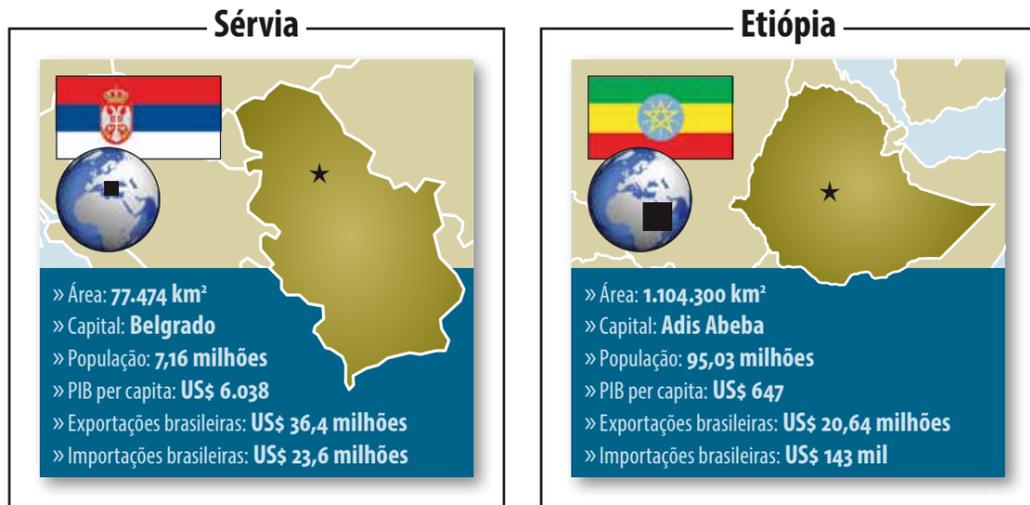
modo equilibrado na questão.

Também descartaram que os dois países sirvam hoje como base para o tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e terrorismo. No caso da Etiópia, especificamente, Octávio Côrtes afirmou que o governo vem colaborando com os países ocidentais.

Na segunda parte da reunião, dirigida pelo senador Lasier Martins (PDT-RS), foram apresentados os relatórios referentes a mais três indicações de embaixadores, que serão sabatinados em data

futura. Um deles é o diplomata Hadil Fontes da Rocha Viana, designado para exercer o cargo no Uruguai. Luís Ivaldo Villafane Gomes dos Santos é indicado para a República do Benin e também Níger, cumulativamente. Já Rodrigo do Amaral Souza deve representar o Brasil nas Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, na Micronésia e nas Ilhas Marshall.

Foi também aprovado requerimento de audiência pública sobre os 25 anos do Mercosul.



Paim elogia aprovação do projeto que regulamenta profissão de salva-vidas

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais, do projeto que regulamenta a profissão de salva-vidas. O senador ressaltou a importância do trabalho do profissional e explicou que o texto regula o exercício da profissão, estabelecendo um piso salarial reajustável anualmente no valor de R\$ 2.364.

— Foi acrescentado ao texto principal uma emenda que garante direitos como identificação e uso de uniforme no local de trabalho, jornada máxima de 40 horas semanais e adicional de insalubridade e de periculosidade, conforme o caso, que eles passam a ter.

Paulo Paim também registrou a primeira edição do

Projeto Jovem Vereador em Butiá (RS), que selecionou 9 estudantes por meio de concurso de redação com 455 inscritos.

Inspirado no Projeto Jovem Senador, sugerido por Paim em 2003, o Jovem Vereador aproxima a juventude da atividade política, simulando a atuação parlamentar com proposição, análise e votação de projetos.

Na quarta-feira, o senador havia criticado no Plenário a demora do Congresso Nacional em deliberar sobre vetos. Ele lembrou que desde maio as sessões para análise de vetos não se concretizam por falta de quórum e que isso afeta a vida de milhões de cidadãos. A próxima sessão está marcada para o dia 22.

Acir Gurgacz comemora liberação de recursos para construção de creches

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) anunciou que vai liberar recursos para a construção de 17 creches em Porto Velho, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). Segundo o senador, cada creche custará pouco mais de R\$ 2 milhões e poderá atender 188 crianças. Gurgacz afirmou que o processo de licitação já está autorizado e que em 60 dias as obras podem começar. Serão atendidas mais de 3 mil crianças em tempo integral.

— Ainda não teremos creche para todas as crianças, mas a maior parte será atendida, principalmente as de famílias de baixa renda — comemorou.

José Medeiros lembra aniversário do Código de Defesa do Consumidor

Os 25 anos do Código de Defesa do Consumidor foram lembrados ontem por José Medeiros (PPS-MT). O senador disse que a defesa do consumidor é uma luta diária, especialmente porque falta transparência nas relações entre os prestadores de serviço e fornecedores de produtos e os consumidores.

Para ele, é preciso fortalecer os Procons, entidades que visam impedir que os consumidores sejam lesados.

Medeiros defendeu a modernização do código para atualizá-lo a uma nova realidade, em que o comércio eletrônico é o destaque.

Wellington Fagundes saúda o Dia do Médico Veterinário

A passagem, no dia 9 de setembro, do Dia do Médico Veterinário foi lembrada por Wellington Fagundes (PR-MT). O senador parabenizou os profissionais e ressaltou o papel do veterinário na saúde pública.

Wellington disse que o bem-estar dos animais influencia diretamente na saúde humana. Os veterinários cuidam dos animais de estimação, dos silvestres e dos de criação para fornecer alimentos.

O senador ressaltou que os profissionais trabalham em várias áreas, como vigilância sanitária, controle de zoonoses, pesquisas em genética e biotecnologia.

Governo critica acordo mundial sobre eletrônicos

De acordo com representantes de ministério, pacto intermediado pela OMC para fim de tarifas de importação não foi assinado pelo Brasil porque só beneficia EUA e China

O ACORDO FIRMADO na Organização Mundial do Comércio (OMC) para a eliminação de tarifas para a importação de produtos e componentes eletrônicos não traz nenhuma vantagem para o Brasil. A posição foi sustentada por todos os debatedores que participaram de audiência pública ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Dos 161 países que fazem parte da OMC, 54 assinaram o acordo em julho. Serão eliminadas tarifas para a importação de 201 produtos e componentes eletrônicos, como dispositivos de GPS, monitores e telas sensíveis ao toque. O Brasil está no grupo daqueles que continuarão taxando esses componentes.

O governo diz que ficou fora porque os termos do acordo não eram bons para o país. Segundo o diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Márcio Luiz Naves de Lima, o acordo favorece grandes pro-



O senador Hélio José (C) conduz a audiência pública em que representantes do governo criticaram acordo internacional

dutores de eletrônicos, como EUA e China. O Brasil, disse ele, não fez parte da negociação:

— A participação do Brasil foi nula. Foi um acordo negociado a portas fechadas pelos principais *players* desse setor.

Estratégico

A adesão ao acordo teria impacto na arrecadação do governo e prejudicaria a indústria nacional, segundo o secretário de Políticas de

Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Virgílio Augusto Fernandes Almeida. O governo considera estratégico o setor que produz eletrônicos e tecnologia da informação:

— Essa é uma indústria que emprega recursos humanos qualificados e que tem que ter um conjunto de incentivos não só para ampliar sua atuação no Brasil, mas também para competir no exterior — disse. Gerente da Associação Bra-

sileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Daniel da Silva Antunes observou que a tarifa média do Imposto de Importação dos produtos eletrônicos no Brasil está em 12%, o que não representa barreira comercial. Segundo ele, a indústria nacional não teria como competir se as taxas fossem eliminadas, pois os custos de produção e logística são mais elevados aqui do que em outros países. O diretor do Departamento

Econômico do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Estivallet de Mesquita, também não vê vantagens para o Brasil aderir ao acordo.

— Se em algum momento for decidido que o Brasil deve reduzir suas tarifas para esses produtos, eu espero que tenhamos a inteligência para abrir outros mercados. Podemos pedir [a redução de tarifas] em outros produtos nos quais o Brasil é competitivo: para a abertura de mercado para nossos têxteis, para nossos produtos de transporte, para nossas exportações agrícolas.

O comércio mundial de produtos de tecnologia da informação movimenta US\$ 4 trilhões por ano. Com o novo acordo, será possível eliminar US\$ 1 trilhão em tarifas. A negociação expande o Acordo de Tecnologia da Informação (ITA, na sigla em inglês), de 1996, que eliminou alíquotas de produtos como computadores, celulares e monitores. O Brasil não participou desse acordo.

A audiência foi sugerida por Hélio José (PSD-DF), que presidiu o debate.

Para estatal, leilão de energia está preservado

O rebaixamento da nota do Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poor's não deverá impactar no próximo leilão de energia eólica e solar, marcado para 13 de novembro. A avaliação foi feita ontem pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim. Ele participou de audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado (CI), na sede da estatal, no centro do Rio.

— Acho que o rebaixamento não afeta em nada esse leilão. Com o número de participantes, o sucesso já está garantido.

Segundo ele, só deverá ser adequado o preço-teto, mas sem relação com a decisão da Standard & Poor's. Entre os fatores para esse ajuste, acrescentou Tolmasquim, está o valor do dólar.

Boa parte dos componentes dos painéis solares e dos aerogeradores eólicos ainda é importada e tem o preço vinculado à moeda norte-americana.

O segundo leilão de energia de reserva do governo brasileiro terá 1.379 projetos, sendo 730 de energia eólica e 649 de energia solar fotovoltaica. O total oferecido é de 38.917 megawatts (MW) em capacidade instalada.

O estado campeão nesses segmentos energéticos é a Bahia, com 243 projetos de



Infraestrutura do setor não pode sofrer corte orçamentário, diz Fernando Bezerra

energia eólica e 192 para solar, totalizando 12.099 MW. A segunda posição é do Rio Grande do Norte, com 184 projetos eólicos e 97 de energia solar, com 7.648 MW. Em terceiro lugar aparece o Piauí, com 4.242 MW, e em quarto, o Ceará, com 3.324 MW.

Cortes

O debate com especialistas na área energética foi conduzido pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), relator do Plano Nacional de Recursos Hídricos na CI e presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso.

Bezerra alertou para a necessidade de não promover cortes orçamentários na área energética, como parte do ajuste fiscal do governo, a fim de evitar possíveis prejuízos em investimentos futuros na

infraestrutura do setor.

— O que se vivenciou em 2001, com o racionamento que o país teve de enfrentar, foi fruto da falta de investimento. E agora que o Brasil enfrenta uma grave crise fiscal, se alerta para que não se diminuam os investimentos de capacidade instalada e de expansão de linhas de transmissão, de modo que possamos afastar por completo a ameaça de racionamento — disse.

O senador defendeu o aperfeiçoamento da legislação para que as tarifas de energia no Brasil possam baixar.

— Vai ter que se aprimorar o marco legal, se buscar iniciativas para que o Brasil possa ter tarifas de energia a preços mais módicos.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) também participou da audiência.

(Da Agência Brasil)

Instalada subcomissão para avaliar sistema tributário do país

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Sistema Tributário Nacional vai ser presidida por Lindbergh Farias (PT-RJ). O objetivo do colegiado é avaliar o desempenho das administrações tributárias da União, estados e municípios. Para o senador, a subcomissão veio em boa hora, já que o Congresso discute medidas de combate ao déficit fiscal nas contas públicas:

— A gente tem visto pressão de alguns setores para que a presidenta aprofunde o ajuste fiscal para fazer um superávit de 0,7% do PIB. A gente sabe que, ao cortar programas sociais e aprofundar o ajuste, quem vai pagar a conta são os mais pobres. A gente acha esse debate muito oportuno, inclusive na discussão do déficit do Orçamento.

Os senadores também aprovaram audiência pública para debater a tributação sobre grandes fortunas. Estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que 10% da população mais pobre paga 32% dos rendimentos em impostos, já os 10% mais ricos pagam 21% em tributos. Lindbergh defendeu a volta do imposto sobre lucros e dividendos:

— Se nós voltássemos a cobrar tributos sobre lucros e dividendos, haveria impacto fiscal de R\$ 50 bilhões. Só dois países no mundo não cobram: Brasil e Estônia.

A subcomissão permanente quer ouvir o ex-secretário da Fazenda do Paraná Eron Arzua e os pesquisadores do Ipea Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair.



Lindbergh Farias, presidente do novo colegiado, fala com Roberto Requião